

Goiânia, 02 de setembro de 2022

BANCÁRIOS GOIANOS TOCANTINENSES APROVAM PROPOSTA DOS BANCOS

Assembleias foram realizadas em todo o País na quarta, 31 de agosto e quinta-feira, 1º de setembro, quando foram aprovada a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários das instituições financeiras privadas (Fenaban) e os novos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal.

Goiás e Tocantins

Em Goiás, houve no dia de hoje, 02, uma nova Assembleia com os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, pois a proposta havia sido rejeitada ontem, mas tendo em vista a aprovação a nível nacional uma nova votação foi realizada, resultando em aprovação por ampla maioria em ambos os bancos.

Já no Tocantins as Assembleias desta sexta-feira, 02, foram com os bancários do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia. Assim como em Goiás as propostas foram aprovadas pelos bancários das duas instituições financeiras.

Com a aprovação, a próxima fase é a assinatura do CCT e das CCT,S, prevista para hoje, 02.

“O primeiro desafio que enfrentamos nessas negociações foi assegurar os direitos já conquistados e garantir a renovação do nosso acordo em sua totalidade. No início das negociações os bancos tinham o intuito de reduzir a Participação nos Lucros e Resultados, chegaram a propor reajuste zero! essas propostas indecorosas foram rejeitadas ainda em mesa de negociações. Finalmente nesta semana depois de rodadas de ne-



gociações intensas que atravessaram as noites, os bancos apresentaram propostas plausíveis de ser apreciada pela categoria. Os bancários entenderam que o movimento sindical lutou até o fim, objetivando garantir a renovação de todos os direitos da nossa categoria”. Disse o presidente da FEEB-GO/TO, Sergio Costa.

O acordo foi fechado por dois anos (2022/2024), com reajuste de 8% nos salários, aumento de 10% nos vales alimentação (VA) e refeição (VR), além de um adicional de R\$ 1.000,00 em vale alimentação, a ser creditado até outubro de 2022. A proposta também prevê reajuste de 13% para o teto da parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) neste ano e, para 2023, aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) para salários, PLR, VAVR e demais cláusulas econômicas. A nova CCT também traz avanços com uma cláusula sobre teletrabalho e também sobre assédio sexual e assédio moral.